



THE UNIVERSITY *of* EDINBURGH

Edinburgh Research Explorer

Uma entrevista com Dra. Florence Bonacina-Pugh

Citation for published version:

Tavares de Sousa , SC, Ribeiro Berger, I & Bonacina-Pugh, F 2024, 'Uma entrevista com Dra. Florence Bonacina-Pugh', *Prolíngua*, vol. 18, no. 2, pp. 98-113.
<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/69183>>

Link:

[Link to publication record in Edinburgh Research Explorer](#)

Document Version:

Publisher's PDF, also known as Version of record

Published In:

Prolíngua

General rights

Copyright for the publications made accessible via the Edinburgh Research Explorer is retained by the author(s) and / or other copyright owners and it is a condition of accessing these publications that users recognise and abide by the legal requirements associated with these rights.

Take down policy

The University of Edinburgh has made every reasonable effort to ensure that Edinburgh Research Explorer content complies with UK legislation. If you believe that the public display of this file breaches copyright please contact openaccess@ed.ac.uk providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.



UMA ENTREVISTA COM DRA. FLORENCE BONACINA-PUGH

Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB)
Isis Ribeiro Berger (UNIOESTE)
Tradução: Yasmin Bogarin Farhat¹

Apresentação

Para este dossiê temático, buscamos agregar produções relevantes embasadas nas contribuições de Bernard Spolsky para o campo da Política Linguística. Nesse escopo, contamos com o aceite da Dra. Florence Bonacina-Pugh, que gentilmente nos concedeu uma entrevista², após uma conversa em formato remoto. Na entrevista, a Dra. Bonacina-Pugh apresenta suas reflexões sobre as contribuições de Spolsky, bem como suas próprias proposições a partir da obra do linguista, finalizando com a exposição de perspectivas para pesquisas atuais em Políticas Linguísticas.

Dra. Florence Bonacina-Pugh é docente/ professora assistente no Ensino de Línguas na Escola de Educação da Universidade de Edimburgo, no Reino Unido, e codiretora do centro de pesquisa Língua, Interculturalidade e Letramentos. Ela também é cofundadora e copresidente do Grupo de Políticas Linguísticas de Interesse Especial da Associação Britânica de Linguística Aplicada, a qual possui filiação de mais de 500 acadêmicos, parceiros e profissionais de 40 países. Dra. Florence investiga questões acerca do multilinguismo, políticas linguísticas e ensino de línguas. Seus recentes trabalhos podem ser encontrados em revistas internacionais como *Language Policy*, *Language Teaching*, *The International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, e *The European Journal of Language Policy*. É também é editora do próximo volume de “*Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research*” da editora Palgrave. A pesquisadora é, ademais, apaixonada pela troca de conhecimentos e ocupa o cargo de presidente do Conselho de Administração na Escola Complementar Francesa em Edimburgo.

¹ Tradução da língua inglesa por Yasmin Bogarin Farhat. Graduanda em Letras – Português/Inglês pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: yasminbogarin.farhat@gmail.com. Revisão Técnica: Dra. Isis Ribeiro Berger.

² A entrevista no original, em inglês, está disponível na sequência.



Imagem cedida por Dr. Florence Bonaccina-Pugh

1) Quando você começou a pesquisar no campo das políticas linguísticas? Quais foram as principais questões que motivaram você a conduzir pesquisas nessa área?

Bonaccina-Pugh: Foi durante meus estudos de doutorado (sob a orientação do Professor Joseph Gafaranga na Universidade de Edimburgo, no Reino Unido) que eu comecei a pesquisar sobre questões das Políticas Linguísticas. Eu vi o campo das Políticas Linguísticas como uma área fundamental onde a academia poderia ter um impacto no “mundo real”. O contexto sociolinguístico em que eu comecei a pensar em primeiro sobre as questões de políticas linguísticas foi o [contexto] do meu país de origem, a França. Eu estava particularmente intrigada pelo forte caráter monolíngue das instituições francesas, especialmente as instituições educacionais, apesar da grande presença de línguas regionais e da crescente população multilíngue. Na época, a França estava vivendo revoltas sociais em seus *banlieues* (periferias), que são áreas social e economicamente carentes caracterizadas por uma concentração alta de imigrantes de primeira e segunda gerações. A política monolíngue e a falta de reconhecimento da população multilíngue da França foi para mim um aspecto central dessa situação complexa. Quando eu comecei a conduzir observações em aulas de adaptação para imigrantes recém-chegados na França, fiquei fascinada ao notar que em algumas aulas (não todas), as línguas que não o francês eram permitidas em conversas dentro de sala. Isso conversou com um interesse anterior nos estudos de escolhas linguísticas na interação (Bonaccina-Pugh; Gafaranga, 2011). Foi o trabalho de Spolsky que me permitiu conectar meu interesse em Políticas Linguísticas com meu interesse nas práticas multilíngues. Sua tese de que há uma política linguística no nível dos usos reais me possibilitou ver as práticas multilíngues como uma parte e uma parcela dos processos das políticas linguísticas.

2) Em sua visão, qual(uais) a(s) principal(is) contribuição(ões) de Spolsky para o campo da Política Linguística?

Bonacina-Pugh: O professor Bernard Spolsky tem uma pesquisa bastante reconhecida que ofereceu contribuições duradouras em várias áreas, incluindo as das Políticas Linguísticas, Teste de Línguas, Ensino de Segunda Língua e Paisagem Linguística. O trabalho do professor Spolsky alcançou muitos dentro da academia, para além dela e, depois de sua morte, foi muito comovente ver tantos tributos à sua obra (SHOHAMY, 2022). O professor Bernard Spolsky exerceu um papel essencial reivindicando às Políticas Linguísticas como um campo por si só. Ele foi o editor fundador da revista *Language Policy* (Springer), um jornal precursor e uma referência fundamental na área. Como um ativista, ele também ajudou na revitalização da língua Māori na Nova Zelândia e escreveu, em colaboração com a professora Elena Shohamy, a primeira nova política educacional em Israel (Spolsky; Shohamy, 1999). Suas publicações na área das Políticas Linguísticas são fundamentadas em um rico estudo de vários contextos sociolinguísticos ao redor do mundo. Pessoalmente, o que acho de mais influente é seu trabalho teórico dentro das Políticas Linguísticas e, mais especificamente, sua conceitualização de Políticas Linguísticas (Spolsky, 2004, 2021). Ele ofereceu um modelo tripartite de políticas linguísticas e afirmou que a política linguística de uma comunidade é formada por

sua prática linguística — o padrão habitual de selecionar dentre as variedades que compõem um repertório linguístico; suas crenças linguísticas ou ideologia — as convicções sobre a língua e seus usos; e todos os esforços observáveis para modificar ou influenciar essa prática por meio de qualquer intervenção linguística, plano ou gerenciamento. (Spolsky, 2004, p. 5).

Até então, as práticas linguísticas não eram parte das pesquisas de Políticas Linguísticas ou acabavam sendo consideradas um lugar onde as políticas linguísticas eram implementadas ou combatidas de cima para baixo, verticalmente. O que é inovador no modelo de Spolsky é o fato de que, para ele, as práticas linguísticas (entendidas como um padrão habitual de escolhas linguísticas) é o que mais influencia as escolhas linguísticas do falante. É neste sentido que ele defende que há uma política linguística no nível das práticas. Posteriormente, ele argumenta ainda:

A teoria que estou explorando vai assegurar que cada um desses três componentes (gestão, crenças e práticas) junto (e, conforme veremos, outros fora) ao domínio produzem forças que prestam contas às escolhas linguísticas dos participantes. *O mais forte do que tudo é a prática linguística.* (Spolsky, 2007, p. 4 grifo da entrevistada)

3) Em 2012, em “*Researching ‘practiced language policies’: from conversation analysis*” você cunhou a expressão “políticas linguísticas praticadas” a partir do componente ‘práticas’ do modelo de Política Linguística de Spolsky. Que abordagem você propôs para trabalhar com essa dimensão?

Bonacina-Pugh: Construído a partir da noção de Shohamy de “políticas linguísticas declaradas”, eu propus, de fato, as noções de “políticas linguísticas percebidas” e “políticas linguísticas praticadas” (Bonacina-Pugh, 2012). O termo “políticas linguísticas praticadas” surgiu primeiramente durante as longas conversas com meu orientador de doutorado, professor Joseph Gafaranga e outros colegas doutores. Em meu artigo de 2012, eu propus o uso de Análise da Conversação como uma poderosa ferramenta para pesquisa nas “políticas linguísticas praticadas”, baseado na minha tese de doutorado. Isto porque a Análise da Conversação oferece possibilidade para compreender as práticas de escolhas linguísticas sob uma perspectiva

êmica, isto é, do ponto de vista dos próprios falantes. Isto permite que a análise entenda qual norma das escolhas linguísticas o falante se refere quando decide qual(is) língua(s) usar quando fala e interpreta as escolhas linguísticas do outro [com quem interage]. Eu defendo que a ideia de Spolsky de que há uma política linguística no nível das práticas linguística pode ser entendida por meio das lentes etnometodológicas e da Análise da Conversação. Para Spolsky (2004), a noção de “práticas linguísticas” não se refere a enunciados ou interações no geral, mas a um “padrão habitual” das escolhas linguísticas, onde os falantes inferem “regras de conversação [...] as quais são aprendidas pelos integrantes da comunidade linguística a medida que vão crescendo” (Spolsky, 2004, p. 9), o que a Análise da Conversação chama de “normas de interação”. São estas regras conversacionais que influenciam as escolhas linguísticas do falante, e é por esta influência que estas regras podem ser encaradas como “política”. A “política linguística praticada” é, além disso, um conjunto de regras conversacionais (ou normas de escolhas linguísticas) a qual o falante se refere quando conversa ou em qualquer outra ação social. Eu descobri que análises de casos de desvio (Heritage, 1984) é uma boa forma de identificar normas de escolhas linguísticas. É quando o falante aponta para uma escolha linguística como um “desvio”, isto é, como sendo algo inapropriado, que o analista consegue compreender qual escolha linguística é vista como a norma. Assim, eu desenvolvi a noção de “políticas linguísticas praticadas” em relação a noção de legitimidade da língua (Bonacina-Pugh, 2020) e quanto as “declaradas” e “percebidas” políticas linguísticas (Bonacina-Pugh et al., 2022; Bonacina-Pugh et al., 2021). Eu estou atualmente editando um volume para Palgrave, intitulado como *“Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research”* (Bonacina-Pugh, *no prelo*), que apresenta uma coleção de capítulos de estudiosos que aplicaram a noção de “políticas linguísticas praticadas” em uma variedade de contextos e domínios como no espaço doméstico, no trabalho e vários contextos escolares, além de trazer quem desenvolveu novas ferramentas para pesquisas de políticas linguísticas “praticadas”.

4) Em 2012, você também propôs o termo “políticas linguísticas percebidas” relacionando essas políticas aos discursos. Explique sua proposição e os pontos de convergência ou divergência com a dimensão das crenças ou ideologias propostas por Spolsky.

Bonacina-Pugh: Como eu mencionei anteriormente, eu achei o modelo tripartite de políticas linguísticas de Spolsky, primeiro introduzida em 2004 e, em sequência, desenvolvida em publicações posteriores (Spolsky, 2009, 2019, 2021) muito influentes. O que Spolsky identifica como ideologia linguística e crenças de uma comunidade sobre uma língua e a língua em uso (Spolsky, 2004, p. 5), eu sugeri chamar de política linguística “percebida”. Eu, ainda, falo frequentemente em termos de política linguística “declarada” (Shohamy, 2006), uma política linguística “percebida” é uma política linguística “praticada”. A política linguística percebida é, em outras palavras, “o que as pessoas pensam que deve ser feito” (Spolsky, 2004, p. 14), o que é a linguagem que as pessoas acham ser apropriada em um dado contexto. Então, por exemplo, em uma sala de aula, a política linguística percebida por um(a) professor(a) vai consistir no seu entendimento da política linguística declarada (se houver alguma), assim como suas crenças sobre o meio de instrução e da linguagem falada por seus estudantes, bem como de que maneira eles (os estudantes) compreendem as línguas que podem ser utilizadas, quando e para que propósito. Em meu entendimento sobre políticas linguísticas “percebidas”, eu também proponho a inclusão de discursos e ideologias dos arredores. E você deve ter visto em minha obra que eu recorrentemente conceitualizo a política linguística como texto, discurso e a prática. A política linguística “percebida” é mais bem investigada por meio de métodos onde a visão do

participante pode ser provocada, como em entrevistas, grupos focais, narrativas etc. É importante, também, analisar discursos e ideologias que estão em jogo na comunidade a ser estudada e, para isso, os Estudos Críticos do Discurso são proveitosos. Em um estudo recente, eu colaborei com a Dra. Elisabeth Barakos e Dr. Qi Chen (Bonacina-Pugh; Barakos; Chen, 2022) para investigar a política linguística como texto, discurso e prática em um contexto de ensino superior no Reino Unido e nós articulamos conclusões dos Estudos Críticos do Discurso e Análise da Conversação, com sucesso, para que pudéssemos compreender estes três diferentes níveis das políticas linguísticas.

5) Recentemente, você afirmou que “Temas de Políticas Linguísticas devem estar no centro dos processos de internacionalização do Ensino superior em países anglófonos (assim como em países não anglófonos), a fim de desafiar um *ethos* monolíngue difundido, bem como um pressuposto de que somente uma língua compartilhada pode ser usada”. Como você vê essas políticas que visam ao monolingüismo em língua inglesa?

Bonacina-Pugh: Na educação superior em países anglófonos como no Reino Unido, onde trabalho, é recorrente o caso em que não há uma política linguística “declarada” que estabelece qual(is) língua(s) deveria(m) ser utilizada(s) como meio de instrução. Há, ao invés disso, um entendimento implícito e difuso de que o inglês é a norma e deveria ser utilizado em todos os casos, apesar de muitos estudantes e funcionários serem multilíngues. Esta política linguística monolíngue praticada da língua inglesa tende a silenciar falantes de outras línguas que não o inglês e limita, no meu ponto de vista, a possibilidade de ensino e aprendizado que estaria disponível caso todo o repertório linguístico, tanto dos alunos quanto dos trabalhadores, fosse utilizado. Infelizmente, mudar as políticas linguísticas praticadas, isto é, mudar a maneira como as pessoas geralmente fazem as coisas, suas normas de escolhas linguísticas, é mais difícil do que alterar um texto para mudar a existência de uma política linguística “declarada”.

6) Considerando a visão multidimensional de política linguística de Spolsky constituída de ideologias, gestão e práticas, que perspectiva metodológica você pôde agregar para a análise dessas dimensões da política linguística?

Bonacina-Pugh: Acredito que a maneira como pesquisamos sobre as Políticas Linguísticas é influenciada pela forma como conceitualizamos políticas linguísticas, assim como definimos o que é língua também. Como você sabe, na literatura sobre Políticas Linguísticas, a “política linguística” é estabelecida de diversas formas e, portanto, pesquisada de modos distintos. Há crescendo um grande interesse na discussão e identificação de vários métodos para a análise de Políticas Linguísticas (Johnson, 2018; Hult et al., 2015), incluindo o crescente interesse em órgãos de pesquisa e práticas que seguem o que Johnson e Stevens (2018) chamam de Giro Empírico nas pesquisas de Políticas Linguísticas. No volume que estou editando para a *Palgrave*, políticas linguísticas praticadas são conceitualizadas como um fenômeno dinâmico e estudiosos continuam a expandir esta noção (Bagga-Guptas, *no prelo*), propondo novas formas de pesquisar políticas linguísticas praticadas. Como exemplo, Hug (*no prelo*) e Jakonen e Duran (*no prelo*) propõem uma lente multimodal para o estudo de política linguística praticada, ao passo que Solin e Pienimäki (*no prelo*) mostram como as políticas linguísticas praticadas podem ser investigadas nas práticas escritas. Do mesmo modo, estudiosos continuam a explorar as políticas linguísticas praticadas em novos domínios por meio de modalidades. Por exemplo, Smith-

Christmas (*no prelo*) analisa a política linguística praticada em casa e Mortensen, Hazel e Brandt (*no prelo*) estudam as políticas linguísticas no local de trabalho.

7) Em *Rethinking Language Policy*, Spolsky (2021) afirma que a política linguística é um fenômeno dinâmico e aconselha a revisão de modelos e teorias a fim de melhor compreendermos esse fenômeno. A partir de sua expertise em política linguística, qual (is) desafio(s) teórico(s) e/ou metodológico(s) precisam ser enfrentados na área?

Bonacina-Pugh: É importante, na verdade, manter nossa reflexão e curiosidade ativa no que tange às formas de conceitualizar as Políticas Linguísticas e seus modelos. Políticas Linguísticas é um fenômeno dinâmico e de igual modo são as políticas linguísticas praticadas (Bonacina-Pugh, 2020). No capítulo a ser publicado (Bonacina-Pugh, no prelo b), eu defendo que as políticas linguísticas praticadas podem ser encaradas como dinâmicas por causa de: (1) como elas podem variar dependendo das mudanças nos acontecimentos linguísticos e nos domínios; (2) como falantes se referem às políticas linguísticas praticadas de maneiras flexíveis e dinâmicas nem sempre em unanimidade; (3) e como as políticas linguísticas praticadas estão constantemente se envolvendo e se transformando à medida que novas normas de escolhas linguísticas surgem como ações sociais se desenvolvendo. Isso representa uma série de desafios metodológicos. Por exemplo, se focarmos no tópico 3, isto é, no fato de políticas linguísticas estarem constantemente se envolvendo e se transformando, os estudiosos de políticas linguísticas precisam reconhecer que relatos de políticas linguísticas praticadas são somente “relatos passageiros que capturam as normas de escolhas linguísticas que forma relevantes tão só naquele momento, naquele lugar” (Bonacina-Pugh, no prelo). Exige-se, também, que metodologias que registrem mudanças por meio do tempo, como estudos longitudinais que iriam mostrar como as políticas linguísticas praticadas se envolvem com o tempo, ou estudos de replicação. Vale ressaltar que, quando novas normas surgem como ações sociais em desenvolvimento, é impossível capturar uma extensa lista de regras de escolhas linguísticas que os falantes (ou escritores e atores sociais em geral) se referem em um dado contexto. Nossos relatos de políticas linguísticas praticadas vão ser, portanto, não somente provisórias, mas parciais.

8) Spolsky (2021, p. 44, tradução nossa) argumenta que a “a escola é provavelmente a segunda fonte mais significativa de gerenciamento linguístico”. Com base nessa afirmação e em suas pesquisas sobre as políticas de educação linguística, como você vê as políticas de promoção do multilinguismo no domínio escolar em seu contexto? Há avanços? E quais os desafios?

Bonacina-Pugh: Eu investiguei políticas linguísticas praticadas com muita profundidade em dois contextos educacionais, chamados salas de indução para crianças recém-chegadas na França e oficinas em uma universidade do Reino Unido. Nesses dois contextos, o multilinguismo não era promovido, nem ao menos reconhecido em um nível de textos políticos e discursos onde o monolingüismo prevalece. No lugar, foi no nível da prática que as políticas linguísticas multilíngues surgiram. Em ambos os contextos, os participantes das salas de aula eram coprodutores nas normas de interação de escolhas linguísticas, que é uma política linguística praticada, onde a legitimidade fora dada pelo uso das línguas ao invés das instruções de língua. Isto, em meu ponto de vista, ilustra um órgão onde estudantes, professores e palestrantes tem um processo de uma política linguística em algum nível dentro de suas salas. Algumas

dificuldades que identifiquei nos dois casos, e isto pode dialogar com outros estudiosos e educadores, é a concepção de que professores não podem dar espaço a línguas que não entendem em sua sala de aula. Isto porque os docentes experimentaríamos uma perda de controle da interação de sua classe e não seriam capazes de saber se os alunos estão cumprindo com as tarefas ou não. No entanto, vi que professores podem compartilhar seu “posto” de professor com alunos multilíngues para que estes possam fazer “atividades de professor” em suas línguas (como explicar ou dar um retorno sobre alguma atividade) com alunos que iriam se beneficiar ao realizar seus exercícios em suas outras línguas (Bonacina-Pugh, 2013; Bonacina-Pugh et al., 2023). Em alguns contextos, as políticas linguísticas declaradas podem ter o objetivo de serem inclusivas e promover o multilinguismo a todos. Por exemplo, fui convidada recentemente para falar em uma ilha britânica de Jersey, onde uma nova política educacional sobre línguas foi criada (uma nova política linguística “declarada”). Essa é uma maravilhosa política educacional multilíngue concebida de cima, que promove tanto o ensino quanto o aprendizado da língua local Jerriàs, com o fito de revitalizá-la, da mesma forma que inclui todas as línguas de imigrantes (poloneses, portugueses etc.) também no sistema de ensino-aprendizagem.

9) Para concluir, você poderia em suas palavras finais destacar algum aspecto importante relativo às contribuições de Spolsky e, também, algum aspecto sobre as possibilidades de fortalecimento de redes internacionais de pesquisa em políticas linguísticas?

Bonacina-Pugh: O professor Spolsky deixou um longo legado que continua a inspirar e influenciar muitos estudiosos de Políticas Linguísticas. Como disse previamente, sua obra tem ajudado a moldar minha concepção de “políticas linguísticas praticadas”, e outros [estudiosos] podem ser influenciados por outros aspectos de seu trabalho. O campo de Políticas Linguísticas é agora uma área de pesquisa viva, que vem crescendo, que tem atraído muitos especialistas com diferentes lentes teóricas e abordagens metodológicas. Acredito que o diálogo é fundamental para explorar esta diversidade e assegurar que este setor continue a se desenvolver. É com isso em mente que a Dra. Elisabeth Barakos (da Universidade de Viena) e eu fundamos o Grupo de Interesse Especial em Políticas Linguísticas juntamente com a Associação Britânica de Linguística Aplicada (BAAL em inglês). Este grupo possui hoje mais de 500 integrantes de 40 países diferentes. Todos são bem-vindos a se juntar ao grupo, estudiosos, legisladores, educadores e afins. Integrar-se ao grupo é de graça e não exige uma parceria com a BAAL. Para fazer parte deste coletivo, é possível visitar o site <https://sites.google.com/view/langpol/> e, simplesmente, solicitar fazer parte do grupo de transmissão. Nós organizamos grupos *online* de leitura, webinários e um Fórum de Políticas Linguísticas bianual, que é uma Conferência internacional de Políticas Linguísticas. O próximo Fórum de Políticas Linguísticas será realizado na primavera ou no começo do verão de 2025, então atencem para esse espaço!

Referências

- BAGGA-GUPTAS, S. (No prelo). What and why of equity for whom and where. Analytical engagement with languaging promises-in-policy and policy-as-participation. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). **Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research**. Palgrave Macmillan.
- BONACINA-PUGH, F. (No prelo). **Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research**. Palgrave Macmillan.

BONACINA-PUGH, F. (No prelo). Towards an understanding of the dynamic nature of practiced language policies. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). **Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research**. Palgrave Macmillan.

BONACINA-PUGH, F. Legitimizing multilingual practices in the classroom: the role of the 'practiced language policy'. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism** vol. 23, n. 4, p. 434-448. 2020. <http://dx.doi.org/10.1080/13670050.2017.1372359>

BONACINA-PUGH, F. Multilingual label quests: A practice for the 'asymmetrical' multilingual classroom. **Linguistics and Education**, vol. 24 n. 2, p. 142-164. 20 maio. 2013. DOI: [10.1080/09500782.2013.788021](https://doi.org/10.1080/09500782.2013.788021)

BONACINA-PUGH, F. Researching 'practiced language policies': insights from conversation analysis. **Language Policy** vol. 11, n. 3, p. 213-234. 26 maio. 2012. DOI: [10.1007/s10993-012-9243-x](https://doi.org/10.1007/s10993-012-9243-x)

BONACINA-PUGH, F.; BARAKOS, E.; CHEN, Q. Language Policy in the internationalisation of Higher Education in Anglophone countries: The interplay between language policy as 'text', 'discourse', and 'practice'. **The Applied Linguistics Review**, vol. 13, n. 6. 4 nov. 2022. DOI: [10.1515/applirev-2019-0148](https://doi.org/10.1515/applirev-2019-0148)

BONACINA-PUGH, F.; GAFARANGA, J. 'Medium of instruction' versus 'medium of classroom interaction': Language choice in a French complementary school classroom in Scotland. **The International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, vol. 14, n. 3, p. 319-334, 2011. DOI: [10.1080/13670050.2010.502222](https://doi.org/10.1080/13670050.2010.502222)

BONACINA-PUGH, F.; ZHANG, H. The interactional organisation of co-teaching in language educational settings: The case of Mandarin language teaching in Scotland. **The Journal of Language, Identity and Education**, 18 oct. 2023. DOI: [10.1080/15348458.2023.2263093](https://doi.org/10.1080/15348458.2023.2263093)

CHEN, Q.; BONACINA-PUGH, F. Spotlights on 'practiced' language policy in the internationalised university. In: Dippold, D. and Heron, M. (Eds.). **Meaningful Teaching Interaction at the Internationalised University: Moving From Research to Impact**. Routledge: Oxon, 2021. p.110-122

HERITAGE, J. **Garfinkel and ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984

HULT, F.M.; JOHNSON, D.C. (Eds.) **Research Methods in Language Policy and Planning: A Practical Guide**. Chichester: Wiley Blackwell, 2015

HUQ, R. (No prelo). A multimodal analysis of language policy as practice: the case of two English-medium schools in Bangladesh. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). **Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research**. Palgrave Macmillan.

JAKONEN, T.; DURAN, D (No prelo). The body and practiced language policies in EMI and CLIL classrooms. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). **Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research**. Palgrave Macmillan.

JOHNSON, D.C. Research methods in language policy and planning. In: **The Oxford handbook of language policy and planning**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 51-70

JOHNSON, D. C.; STEPHENS, C. Language Policy and Planning. In: **The Palgrave Handbook of Applied Linguistics Research Methodology**. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 811-827

MORTSEN, J.; HAZEL, S.; BRANDT, A. (Forthcoming). The emergence of language policy as practice in transient social configurations. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). **Language Policy as**

Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research. Palgrave Macmillan.

SHOHAMY, E. In Memorium: A tribute to Bernard Spolsky. **Language Policy** vol. 21, p. 503–505. 2022. DOI: [.org/10.1007/s10993-022-09644-1](https://doi.org/10.1007/s10993-022-09644-1)

SHOHAMY, E. **Language policy: Hidden agendas and new approaches**. New York: Routledge. 2006.

SMITH-CHRISTMAS, C. (No prelo). Practiced language policy in Family Language Policy research. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). **Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research**. Palgrave Macmillan.

SOLIN, A.; PIENIMAKI, H. M. (No prelo). Negotiating language choice in a multilingual university: the interplay between formal policies and language policy as practice. In: Bonacina-Pugh, F. (Ed.). **Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research**. Palgrave Macmillan.

SPOLSKY, B.; SHOHAMY, E. **The Languages of Israel: Policy, Ideology and Practice**. Clevedon: Multilingual Matters, 1999.

SPOLSKY, B. **Rethinking Language Policy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

SPOLSKY, B. A modified and enriched theory of language policy (and management). **Language Policy**, vol. 18, n. 3, p. 323-338. 2019.

SPOLSKY, B. **Language Management**. New York: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, B. Towards a theory of language policy. **Working Papers in Educational Linguistics**, vol. 22, n. 1, p. 1–14, 2007.

SPOLSKY, B. **Language policy**. Cambridge: Cambridge University press, 2004.

AN INTERVIEW WITH DR. FLORENCE BONACINA-PUGH

Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB)

Isis Ribeiro Berger (UNIOESTE)

Introduction

For this issue, we seek to add relevant productions based on the Bernard Spolsky's contributions to the field of Language Policy. In this scope, we counted on the acceptance of Dr. Florence Bonacina-Pugh, who gave us an interview after a remote conversation. In the interview she presents her reflections on the contributions of the linguist, as well as her propositions based on Spolsky's work, and perspectives for current research in Language Policies.

Dr. Florence Bonacina-Pugh, PhD, is a Lecturer/Assistant Professor in Language Education in the School of Education at The University of Edinburgh, UK, and co-director of the Language, Interculturality and Literacies research hub. She is also the co-founder and co-chair of the Language Policy Special Interest Group of the British Association of Applied Linguistics, which has a membership of over 500 academics, stakeholders, and practitioners from 40 countries. Florence investigates issues around multilingualism, language policy and language education. Her recent work can be found in international journals such as *Language Policy*, *Language Teaching*, *The International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, and *The European Journal of Language Policy*. She is the editor of the forthcoming volume "Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research" with Palgrave. She is also passionate about knowledge exchange and serves as Chair of the Board of Trustees of the French complementary school in Edinburgh.

Interview

1) When did you start researching within the field of language policies? What were the main issues that motivated you to conduct studies within this field?

Bonacina-Pugh: It is during my doctoral studies (under the supervision of Professor Joseph Gafaranga at The University of Edinburgh, UK) that I started researching Language Policies issues. I saw the field of Language Policy as one of the key areas in which academics could have an impact on the 'real world'. The sociolinguistic context in which I first started thinking about language policy issues was that of my home country, France. I was particularly puzzled by the strong monolingual ethos of France's institutions, especially its educational institutions, despite the presence of strong regional languages and a growing multilingual population. At the time, France was experiencing social upheavals in its 'banlieues' (suburbs), which are socially, and economically deprived areas characterised by a high concentration of first- and second-generation migrants. Monolingual language policies and a lack of acknowledgement of France's multilingual population felt to me like a central aspect to this complex issue. When I started conducting observations of induction classrooms for newly-arrived migrants in France, I was fascinated to see that in some classes (not all), languages other than French were allowed in classroom talk. This resonated with an earlier interest in the study of language choice in interaction (see Bonacina-Pugh and Gafaranga 2011). It is Spolsky's work that enabled me to bridge my interest in Language Policy with my interest in multilingual practices. His argument

that there is a language policy at the level of actual practices enabled me to see multilingual practices as part and parcel of language policy processes.

2) From your perspective, what are the main contributions of Dr. Bernard Spolsky to the field of Language Policy?

Bonacina-Pugh: Professor Bernard Spolsky was a highly accomplished scholar who has offered long lasting contributions in many areas including those of Language Policy, Language Testing, Second Language Learning, and Linguistic Landscape. Professor Spolsky's work has reached many in academia and beyond and, following his death, it was moving to see many tributes to his work (see for instance Shohamy, 2022). Professor Bernard Spolsky played a key role in asserting the study of Language Policy as a field in its own right. He was for instance the founding editor of the journal *Language Policy* (Springer), a leading journal and key reference in the field. As an activist he also helped the revitalisation of the Māori language in New Zealand and wrote in collaboration with Professor Elena Shohamy the first new educational policy in Israel (documented in Spolsky and Shohamy, 1999). His publications in the field of Language Policy are grounded in a rich understanding of many sociolinguistic contexts across the globe. Personally, what I have found most influencing is his theoretical work on Language Policy and more specifically his conceptualisation of Language Policy (e.g. Spolsky, 2004, 2021). He offered a tri-partite model of Language Policy and argued that the language policy of a community is made of: “its language practices – the habitual pattern of selecting among the varieties that make up its linguistic repertoire; its language beliefs or ideology – the beliefs about language and language use; and any specific efforts to modify or influence that practice by any kind of language intervention, planning or management” (Spolsky, 2004: 5). Until then, language practices had either not been part of Language Policy research or been considered simply as a site where top-down language policies are implemented or resisted. What is ground-breaking in Spolsky's model is the fact that for him, language practices (to be understood as the habitual pattern of language choice) are what influence speakers' language choice the most. It is in this sense, that he argues that there is a language policy at the level of practices. Later on, he argues that: “The theory that I am exploring will hold that each of these three components [i.e. management, beliefs and practices] within (and, as we shall see, others outside) the domain produces forces that account for language choices by participants. *Strongest of all is language practice* (Spolsky 2007: 4, my emphasis).

3) In 2012, in “Researching ‘practiced language policies’: insights from conversation analysis” you proposed the term “practiced language policies” following the component ‘practices’ of Spolsky's theory of language policy. What approach did you propose for working on this dimension?

Bonacina-Pugh: Building on Shohamy's (2006) notion of “declared language policy”, I proposed indeed the notions of “perceived language policy” and “practiced language policy” (Bonacina-Pugh 2012). The term ‘practiced language policy’ first emerged during hours-long conversations with my PhD supervisor Professor Joseph Gafaranga and other PhD colleagues. In my 2012 paper, I proposed the use of Conversation Analysis as a powerful tool to research ‘practiced language policies’ based on my PhD thesis. This is because Conversation Analysis

offers the possibility to understand language choice practices from an emic perspective, that is, from the perspective of speakers themselves. It enables the analyst to understand what norm of language choice speakers refer to when deciding what language(s) to use in talk and when interpreting other speakers' language choice acts. I argued that Spolsky's idea that there is a language policy at the level of language practices can be understood from an Ethnomethodological and Conversation Analytic lens. For Spolsky, the notion of 'language practices' does not refer to utterances, or interaction in general, it refers rather to "habitual patterns" of language choice (2004: 5), from which speakers infer "conventional rules [...] which are learned by members of the speech community as they grow up" (2004: 9), what Conversation Analysts call 'norms of interaction'. It is these conventional rules that influence speakers' language choice. And it is because they influence speakers' language choice that they can be seen as 'policy'. A 'practiced language policy' is therefore the set of conventional rules (or norms of language choice) that speakers refer to in talk or any other social action. I found that deviant cases analysis (Heritage, 1984) is a helpful way to identify norms of language choice. It is when a speaker points to a language choice as being 'deviant', that is, as being inappropriate, that the analyst can understand what language choice is therefore perceived as 'normative'. I have then developed the notion of 'practiced language policy' in relation to the notion of language legitimacy (Bonacina-Pugh, 2020), and in relation to 'declared' and 'perceived' language policies (e.g. Bonacina-Pugh, Barakos and Chen 2022; Chen and Bonacina-Pugh, 2021). I am currently editing a volume for Palgrave entitled "Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research" (Bonacina-Pugh, Forthcoming a), which features a collection of chapters from scholars who have applied the notion of 'practiced language policy' in a variety of contexts and domains such as the home, the workplace and various school contexts, and who have developed further tools to research 'practiced' language policies.

4) In 2012, you also proposed the term "perceived language policies" relating policies to discourses. Could you explain your proposition and the aspects of convergence and divergence with the dimension of beliefs and ideologies proposed by Spolsky?

Bonacina-Pugh: As mentioned above, I have found Spolsky's tri-partite model of language policy as first introduced in 2004 and subsequently developed in later publications (e.g. Spolsky 2009, 2019, 2021) very influential. What Spolsky identifies as the language ideology and beliefs of a community about language and language use (2004: 5), I proposed to call the "perceived" language policy. I therefore often talk in terms of a 'declared' language policy (which is a term that was coined by Shohamy in 2006), a 'perceived' language policy' and a 'practiced' language policy. The perceived language policy is, in other words, "what people think should be done" (Spolsky, 2004: 14), that is, the languages that people think is appropriate in a given context. So, for instance, in a classroom, a teachers' perceived language policy will consist of their understanding of the declared language policy (if there is one), as well as their beliefs about the medium of instruction and the languages spoken by their pupils, and how they think these languages should be used, if at all, when and for what purpose. In my understanding of 'perceived' language policies, I also propose to include surrounding discourses and ideologies. And you may have seen in my work that I often conceptualise language policy as text, discourse, and practice. The 'perceived' language policy is therefore best investigated through methods where participants' views can be elicited, such as interviews, focus groups, narratives etc. It is also important to investigate discourses and ideologies at play in the community under study and for that, Critical Discourse Studies is helpful. In a recent paper, I collaborated closely with

Dr. Elisabeth Barakos and Dr. Qi Chen (Bonacina-Pugh, Barakos and Chen 2022) to investigate language policy as text, discourse, and practice in a higher educational context in the UK and we successfully articulated findings from Critical Discourse Studies and Conversation Analysis in order to understand these three different levels of language policy.

5) You have recently stated “Language policy issues should be at the heart of internationalisation processes of HEIs in Anglophone countries (as it is in non-Anglophone countries), in order to challenge a pervasive English monolingual ethos as well as the assumption that only shared language(s) can be used.” How do you view these policies towards monolingualism in English?

Bonacina-Pugh: In Higher Education in Anglophone countries such as the UK where I work, it is often the case that there is no ‘declared’ language policy stating what language(s) should be used as the medium of instruction. There is, instead, this implicit and pervasive understanding that English is the norm and should be used for all purposes, despite the fact that many students and staff are multilingual. This English monolingual practiced language policy tends to silence speakers of languages other than English and limit, in my view, the possibilities of teaching and learning that would be available should the full linguistic repertoire of staff and students were to be used. Unfortunately, changing practiced language policies, that is, changing the way people usually do things, their norms of language choice, is more difficult than amending a text to change an existing ‘declared’ language policy.

6) Having the fact that language policy is a multidimensional phenomenon, formed of ideologies, management and practices, what methodological perspective would you add to the analysis of such dimensions of language policies?

Bonacina-Pugh: I believe that the way we research Language Policy is influenced by the way we conceptualise language policy, and the way we conceptualise language as well. As you know, in the literature on Language Policy, ‘language policy’ is conceptualised in many ways and therefore researched in many ways. There has been recently a growing interest in discussing and identifying various methods to analyse Language Policy (see for instance Johnson 2018; Hult and Johnson 2015), including a growing interest in researching agency and practices following what Johnson and Stevens (2018) call the ‘Empirical turn’ in Language Policy research. In the volume I am currently editing for Palgrave, practiced language policies are conceptualised as a dynamic phenomenon and scholars continue to expand the notion (see for instance Bagga-Gupta’s Forthcoming chapter), proposing new ways of researching practiced language policies. For instance, Huq (Forthcoming) and Jakonen and Duran (Forthcoming) propose a multimodal lens to the study of language policy as practice, whilst Solin and Pienimäki (Forthcoming) show how practiced language policies can be investigated in writing practices. Similarly, scholars continue to explore practiced language policies in new domains and across modalities. For instance, Smith-Christmas (Forthcoming) investigates practiced language policy in the home and Mortensen, Hazel and Brandt (Forthcoming) investigate practiced language policies in the workplace.

7) In “Rethinking Language Policy, Spolsky (2021) stated that language policy is a dynamic phenomenon and suggests a revision of models and theories so as to promote a better

understanding of it. Regarding your expertise in language policy, what theoretical and methodological challenges could be faced?

Bonacina-Pugh: It is important indeed to keep our reflection and curiosity alive with regards to ways of conceptualising Language Policy and Language Policy models. Language policy is a dynamic phenomenon and so are practiced language policies (Bonacina-Pugh, 2020). In a forthcoming chapter (Bonacina-Pugh, Forthcoming b), I argue that practiced language policies can be seen as dynamic because of: (1) how they can vary depending on changes in speech events and changes of domain; (2) how speakers refer to practiced language policies in flexible and dynamic ways and not always unanimously; (3) and how practiced language policies are constantly evolving and transforming, as new norms of language choice emerge as social action unfolds. This poses a series of methodological challenges. For instance, if we focus on point 3, that is, on the fact that practiced language policies are constantly evolving and transforming, language policy scholars need to acknowledge that accounts of practiced language policies are only “fleeting accounts that capture the norms of language choice that were relevant only there and then” (Bonacina-Pugh, Forthcoming b). It also calls for methodologies that capture change across time, such as longitudinal studies that would show how practiced language policies evolve in time, or replication studies. Importantly, since new norms emerge as social action unfolds, it is impossible to capture an exhaustive list of the norms of language choice that speakers (or writers or social actors in general) refer to in a given context. Our accounts of practiced language policies will therefore always be not only fleeting, but also partial.

8) Spolsky (2021, p.44) argued that “school is probably the second most significant source of language management”. Based on this assumption and in your research on policies for language education, how do you perceive the promotion of multilingualism in the school domain in your context? What are the advances and challenges faced in your context?

Bonacina-Pugh: I have investigated practiced language policies in great depth in two educational contexts, namely induction classrooms for newly-arrived children in France and workshops in a UK university. In these two contexts, multilingualism was not promoted, or even simply acknowledged, at the level of policy texts and discourses where monolingualism prevailed. Rather, it was at the level of practices that multilingual language policies emerged. In both contexts, classroom participants were co-constructing in interaction norms of language choice, that is a practiced language policy, where legitimacy was given to the use of languages other than the language of instruction. This, in my view, illustrates the agency that pupils, students and teachers or lecturers have in language policy processes at the level of their classroom. Some challenges I have identified in these two contexts, and this might resonate with other scholars and educators, is the assumption that teachers cannot make space for languages they do not understand in their classroom. This is because it would be experienced as a loss of control of classroom interaction and teachers would not be able to know if learners are on task or not. However, I have seen that teachers can share their ‘teacher-hood’ with multilingual pupils to let them do teacher-like activities in their languages (such as giving explanations or giving feedback) with pupils who would benefit from drawing on their other languages (see for instance Bonacina-Pugh 2013; Bonacina-Pugh and Zhang 2023). In some contexts, declared language policies can aim to be inclusive and to promote multilingualism for all. For instance, I was recently invited to talk on the British isle of Jersey (one of the Channel Islands), where a new language in education policy has been created (a new ‘declared’ language policy). This is a wonderful multilingual language in education policy devised at the top, which promotes both

the teaching and learning of the local language Jèrriais in order to revitalise it, as well as the inclusion of all languages of migration (e.g. Polish, Portuguese etc) in teaching and learning.

9) As for the conclusion, would you like to highlight any important aspect related to Spolsky's contribution, as well as any aspect related to possibilities to strengthen international research networks on language policies?

Bonacina-Pugh: Professor Spolsky has left a lasting legacy that continues to inspire and influence many Language Policy scholars. As I said above, his work has helped shape my conceptualisation of 'practiced language policies', and others might be influenced by other aspects of his work. The field of Language Policy is now a lively and growing field of enquiry, which is attracting experts with different theoretical lenses and methodological approaches. I believe that dialogues are key to harness this diversity and ensure that the field continues to develop. It is with this in mind that Dr. Elisabeth Barakos (The University of Vienna) and I have founded the Language Policy Special Interest Group within the British Association of Applied Linguistics (BAAL). This group has now over 550 members across 40 different countries. Everyone is welcome to join the group, scholars, policy makers, educators and so forth. Joining the group is free and does not require a BAAL membership. To join the group, please visit <https://sites.google.com/view/langpol/> and simply ask to join the mailing list. We organise online reading groups, webinars, and a bi-annual Language Policy Forum, which is an international conference on Language Policy. The next Language Policy Forum will be held in Spring or early Summer 2025 so watch this space!

References

- Bagga-Guptas, S. (Forthcoming). What and why of equity for whom and where. Analytical engagement with languaging promises-in-policy and policy-as-participation. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). *Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research*. Palgrave Macmillan.
- Bonacina-Pugh, F. (Forthcoming a). *Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research*. Palgrave Macmillan.
- Bonacina-Pugh, F. (Forthcoming b). Towards an understanding of the dynamic nature of practiced language policies. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). *Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research*. Palgrave Macmillan.
- Bonacina-Pugh, F. (2020). Legitimizing multilingual practices in the classroom: the role of the 'practiced language policy'. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism* 23(4): 434-448. <http://dx.doi.org/10.1080/13670050.2017.1372359>
- Bonacina-Pugh, F. (2013). Multilingual label quests: A practice for the 'asymmetrical' multilingual classroom. *Linguistics and Education* 24 (2): 142-164. <https://doi.org/10.1080/09500782.2013.788021>
- Bonacina-Pugh, F. (2012). Researching 'practiced language policies': insights from conversation analysis. *Language Policy* 11 (3): 213-234. <https://doi.org/10.1007/s10993-012-9243-x>
- Bonacina-Pugh, F., Barakos, E., & Chen, Q. (2022). Language Policy in the internationalisation of Higher Education in Anglophone countries: The interplay between language policy as 'text', 'discourse', and 'practice'. *The Applied Linguistics Review* 13(6): 1103-1125. <https://doi.org/10.1515/applirev-2019-0148>
- Bonacina-Pugh, F. & Gafaranga, J. (2011). 'Medium of instruction' versus 'medium of classroom interaction': Language choice in a French complementary school classroom in

- Scotland. *The International Journal of Bilingual Education and Bilingualism* 14 (3): 319-334. <https://doi.org/10.1080/13670050.2010.502222>
- Bonacina-Pugh, F. & Zhang, H. (2023). The interactional organisation of co-teaching in language educational settings: The case of Mandarin language teaching in Scotland. *The Journal of Language, Identity and Education*. DOI: [10.1080/15348458.2023.2263093](https://doi.org/10.1080/15348458.2023.2263093)
- Chen, Q. & Bonacina-Pugh, F. (2021). Spotlights on 'practiced' language policy in the internationalised university. In Dippold, D. and Heron, M. (Eds.). *Meaningful Teaching Interaction at the Internationalised University: Moving From Research to Impact*. Chapter 9 (pp.110-122). Routledge: Oxon.
- Heritage, J. (1984). *Garfinkel and ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press.
- Hult F.M. and Johnson D.C. (Eds.) (2015). *Research Methods in Language Policy and Planning: A Practical Guide*. Chichester: Wiley Blackwell.
- Huq, R. (Forthcoming). A multimodal analysis of language policy as practice: the case of two English-medium schools in Bangladesh. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). *Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research*. Palgrave Macmillan.
- Jakonen, T. and Duran, D (Forthcoming). The body and practiced language policies in EMI and CLIL classrooms. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). *Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research*. Palgrave Macmillan.
- Johnson, D.C. (2018). Research methods in language policy and planning. *The Oxford handbook of language policy and planning*, pp. 51-70. Oxford: Oxford University Press.
- Johnson, D. C., & Stephens, C. (2018). Language Policy and Planning. In *The Palgrave Handbook of Applied Linguistics Research Methodology* (pp. 811-827). London: Palgrave Macmillan.
- Mortensen, J., Hazel, S. and Brandt, A. (Forthcoming). The emergence of language policy as practice in transient social configurations. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). *Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research*. Palgrave Macmillan.
- Shohamy, E. (2022). In Memorium: A tribute to Bernard Spolsky. *Language Policy* 21, 503–505. <https://doi.org/10.1007/s10993-022-09644-1>
- Shohamy, E. (2006). *Language policy: Hidden agendas and new approaches*. New York: Routledge.
- Smith-Christmas, C. (Forthcoming). Practiced language policy in Family Language Policy research. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). *Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research*. Palgrave Macmillan.
- Solin, A., and Pienimäki, H. M. (Forthcoming). Negotiating language choice in a multilingual university: the interplay between formal policies and language policy as practice. In Bonacina-Pugh, F. (Ed.). *Language Policy as Practice: Advancing the Empirical Turn in Language Policy Research*. Palgrave Macmillan.
- Spolsky, B. and Shohamy, E. (1999). *The Languages of Israel: Policy, Ideology and Practice*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Spolsky, B. (2021). *Rethinking Language Policy*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Spolsky, B. (2019). A modified and enriched theory of language policy (and management). *Language Policy*, 18(3), 323-338.
- Spolsky, B. (2009). *Language Management*. New York: Cambridge University Press.
- Spolsky, B. (2007). Towards a theory of language policy. *Working Papers in Educational Linguistics*, 22(1), 1–14.
- Spolsky, B. (2004). *Language policy*. Cambridge: Cambridge University press.